

RELATÓRIO DE GESTÃO

DA CONTA DE GERÊNCIA DE 2012

(PONTO 13 DO POCAL)





Índice

1- Introdução	3
2- Análise da Execução Orçamental	6
2.1 - Plano Plurianual de Investimentos (PPI)	6
2.2 - Orçamento	7
3. - Análise da Situação Económica e Financeira	16
3.1 – Balanço	16
3.2 – Demonstração de Resultados	18
4 - Factos Relevantes Verificados após o Encerramento das Contas	21
5- Mapa de Cálculo ao Endividamento Líquido e Bancário	22
6- Indicadores	23
7 -Aplicação de Resultados.....	24



1- Introdução

Enquadramento Legal

O presente Relatório foi elaborado de acordo com os princípios contabilísticos e orçamentais definidos na Lei 59-A/99 que aprovou o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), nomeadamente os referidos nos pontos 3.1, 3.2 e 13.

Âmbito

De acordo com o estabelecido no POCAL, o presente relatório procura contemplar os seguintes aspetos:

- Análise da situação económica;
- Análise da situação financeira;
- Evolução do endividamento;
- Proposta de aplicação de resultados;
- Factos relevantes após termo do exercício.

Assim, numa primeira fase apresenta-se a análise dos mapas orçamentais da despesa e da receita, explicando-se os aspetos mais relevantes das respetivas rubricas.

Para compreensão da situação económica e financeira, efetua-se uma abordagem aos aspetos mais relevantes do Balanço e Demonstração de Resultados.

No ponto seguinte apresenta-se uma breve análise da evolução do endividamento, esta foi realizada tomando como referência os limites estabelecidos na Lei das Finanças Locais.

No que respeita à aplicação de resultados, está é efetuada tendo em conta do disposto no ponto 2.7.3 do POCAL.

A análise dos factos relevantes após data de balanço compreende observações de factos que tenham ocorrido entre 31 de Dezembro de 2012 e a data do presente relatório, cujo impacto seja relevante ou possa vir a sê-lo.



Situação financeira/económica

À semelhança dos anos anteriores, a situação financeira e económica de Portugal é grave e sem sinais claros de melhoria no curto prazo. Diversos são os dados do INE (Instituto Nacional de Estatística) e do Banco de Portugal, que demonstram a grave recessão em que se encontra a nossa economia, sendo porém de salientar que, o PIB no 4º trimestre de 2012, sofreu uma contração de 3,8 face ao período homólogo, redução esta ainda mais significativa que a protagonizada em 2011. Outro fator importante e que demonstra para além da crise financeira, uma crise social, foi o fato de o desemprego ter atingido o nível alarmante 16,8% .

Ao nível regional e autárquico, continua o estrangulamento do governo da república, pela redução das verbas no âmbito do orçamento de estado e pelas medidas fiscais, que não atendem às dificuldades insulares, como o aumento do IVA para taxas escandalosas.

Em 2012 o município da Calheta no âmbito da criação do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), aderiu ao programa II do referido programa, tendo o mesmo apenas sido visado pelo Tribunal de Contas no início de 2013. Assim e embora o município da Calheta se encontre a cumprir com todos os pagamentos derivados do prévio contrato de saneamento financeiro, considerou-se prudente e dinamizador para a economia local, aderir a esta linha de crédito no âmbito do PAEL de forma a reduzir-se o prazo médio de pagamentos. Refira-se ainda que a adesão a este plano foi certificada pelo Revisor Oficial de Contas e que a aplicação das medidas constantes no mesmo está a ser monitorizada pelas entidades competentes e ainda por uma equipa da autarquia.

Recentemente e após o fecho de contas, temos que por aplicação da Lei 50/2012 de 31 de Agosto, foi dissolvida em 2013 a empresa municipal Solcalheta, situação esta que lamentamos e que se deve em nosso entender, corroborado por parecer da Associação Nacional de Municípios, à aplicação de uma lei inconstitucional, esperando-se ainda parecer das entidades competentes.

Nota final

Não obstante os problemas provocados pela situação económica nacional, como também de diversas medidas que ferem a autonomia da Região Autónoma da Madeira, foi ainda assim possível, efetuar um conjunto de investimentos dinamizadores da economia local, bem como a manutenção de todas as



obrigações que são da competência do município, tendo sido dada primazia a componente social que tanto tem sido esquecida pelo Governo da República.

Calheta, de 26 Abril de 2012.

Sr. Presidente da Câmara Municipal da Calheta

Manuel Baeta de Castro



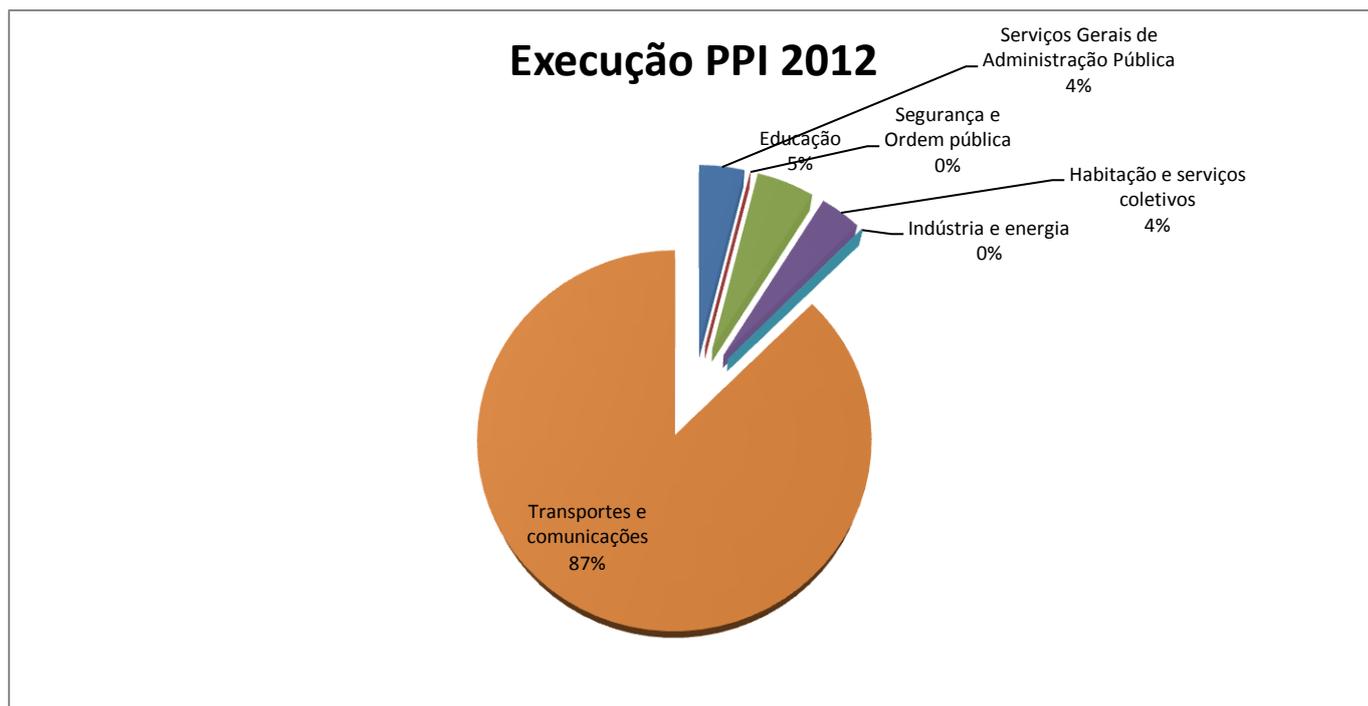
2- Análise da Execução Orçamental

2.1 - Plano Plurianual de Investimentos (PPI)

O grau de execução financeira do PPI foi de 3,5 Milhões de euros em 2012, não tendo sido este valor mais significativo, devido ao não recebimento em 2012 de todas as verbas o que não permite que exista liquidez para mais pagamentos.

Descrição	Dotação inicial	Dotação atual	Cabimento	Compromisso	Faturado	Liquidação	Pagamento	Saldo do cabimento	Compromissos por pagar	Execução financeira anual	Execução financeira global
Serviços Gerais de Administração Pública	311 000,00	311 000,00	133 971,97	133 971,97	133 511,30	133 511,30	133 511,30	177 028,03	460,67	43%	43%
Segurança e Ordem pública	5 000,00	5 000,00	1 427,25	1 427,25	1 427,25	1 427,25	1 427,25	3 572,75		29%	29%
Educação	46 000,00	235 000,00	170 889,63	170 889,63	170 889,63	170 889,63	170 889,63	64 110,37		73%	73%
Segurança e ação social	2 000,00	2 000,00						2 000,00			
Habitação e serviços coletivos	477 500,00	557 500,00	449 279,02	449 279,02	402 217,74	123 039,37	123 039,37	108 220,98	326 239,65	22%	22%
Serviços culturais, recreativos e religiosos	11 000,00	11 000,00						11 000,00			
Indústria e energia	10 000,00	13 000,00	5 244,52	5 244,52	5 244,52	5 244,52	5 244,52	7 755,48		40%	40%
Transportes e comunicações	11 927 500,00	12 670 230,57	6 958 900,91	6 958 900,91	6 511 589,99	3 023 818,76	3 023 818,76	5 711 329,66	3 935 082,15	24%	24%
Total	12 790 000,00	13 804 730,57	7 719 713,30	7 719 713,30	7 224 880,43	3 457 930,83	3 457 930,83	6 085 017,27	4 261 782,47	25%	79%

A componente principal do PPI é sem dúvida a componente económica, o que engloba essencialmente a construção da rede rodoviária do concelho, que apesar de ser considerado como função económica, possui também uma enorme componente social, pois aproxima populações e permite-lhes estar mais perto de serviços sociais importantes. Para além da construção de vias rodoviárias possuir um fator social, também o tem ao nível da segurança, pois é inquestionável que uma via em boas condições tende a minorar o número de acidentes rodoviários.



No gráfico anterior e quadro seguinte, encontra-se a execução do PPI em 2012, por objetivo, onde se percebe que a principal rubrica é a Comunicação e Transportes.

2.2 - Orçamento

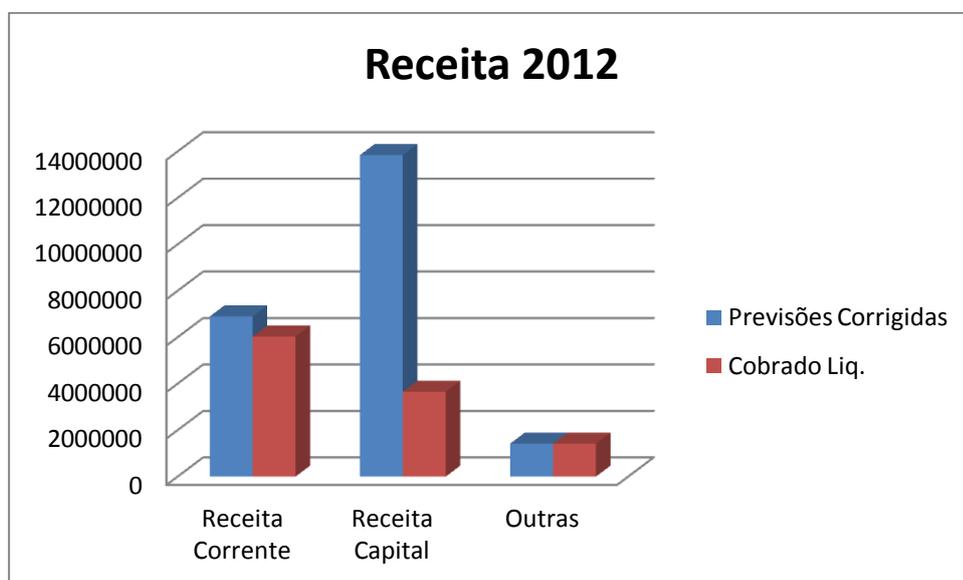
2.2.1 – Orçamento da Receita

A receita arrecadada em 2012 foi de 11,1 milhões euros, não tendo sido este valor mais significativo, devido ao não recebimento em 2012 de todas as verbas previstas de contratos programa com o Governo Regional e das comparticipações comunitárias, bem como pela dificuldade que existe no mercado imobiliário na eventual alienação de património municipal.



Descrição	Previsões Corrigidas	Cobrado Bruto	Cobrado Líquido	Grau Execução Orçamental
Receita Corrente	6 898 141,00	6 047 112,13	6 035 278,81	87,49%
Receita Capital	13 846 600,00	3 652 171,50	3 652 171,50	26,38%
Outras	1 419 222,51	1 418 222,51	1 418 222,51	99,93%
Total	22 163 963,51	11 117 506,14	11 105 672,82	50,11%

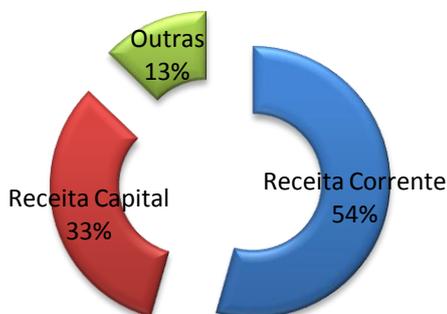
O grau de execução da receita foi em 2012 de 50,11%, sendo que apenas na receita de capital se assistiu a um desvio acentuado, pelos motivos já mencionados.



Conforme se percebe pelo gráfico seguinte, a receita corrente foi bastante superior à receita de capital, o que vem a traduzir uma tendência dos últimos anos, resultado sobretudo da dificuldade na obtenção de receitas de capital do Governo Regional.



Estrutura da Receita 2012

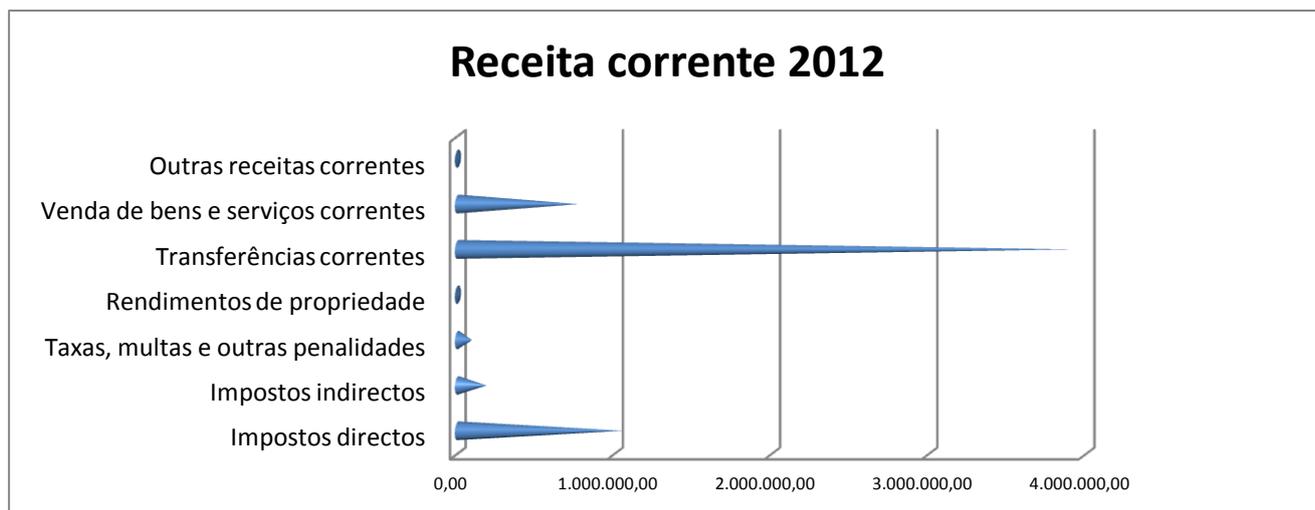


Desdobrando a análise dos diferentes tipos de receita, temos o seguinte quadro:

Designação		2012			
Económica	Descrição	Previsões Corrigidas	Cobrado Bruto	Cobrado Liquido	Grau Execução Orçamental
01	Impostos diretos	1 122 175,00	1 064 099,43	1 052 266,11	93,77%
02	Impostos indiretos	22 500,00	181 060,26	181 060,26	804,71%
04	Taxas, multas e outras penalidades	126 600,00	90 215,21	90 215,21	71,26%
05	Rendimentos de propriedade	15 200,00	13 675,71	13 675,71	89,97%
06	Transferências correntes	4 860 556,00	3 920 446,41	3 920 446,41	80,66%
07	Venda de bens e serviços correntes	749 810,00	767 145,51	767 145,51	102,31%
08	Outras receitas correntes	1 300,00	10 469,60	10 469,60	805,35%
Total das Receitas Correntes		6 898 141,00	6 047 112,13	6 035 278,81	87,49%
09	Vendas de bens de investimento	651 810,45			0,00%
10	Transferências de capital	8 958 908,00	3 652 171,50	3 652 171,50	40,77%
11	Ativos financeiros				
12	Passivos financeiros	4 233 881,55			0,00%
13	Outras receitas de capital	2 000,00			0,00%
Total das Receitas de Capital		13 846 600,00	3 652 171,50	3 652 171,50	26,38%
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	1 000,00			0,00%
16	Saldo da gerência anterior	1 418 222,51	1 418 222,51	1 418 222,51	100,00%
Total		22 163 963,51	11 117 506,14	11 105 672,82	50,11%



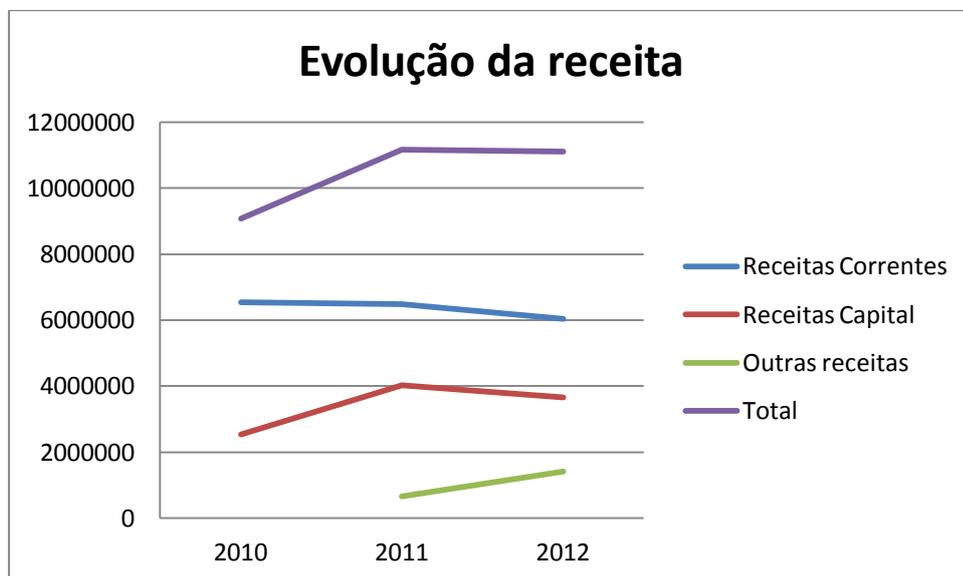
O gráfico seguinte permite compreender melhor a estrutura da receita corrente, onde facilmente se percebe que o principal peso pertence às transferências correntes, sendo que estas transferências são obtidas através do orçamento de estado.



No que se refere à receita de capital ela compreende essencialmente as transferências de capital, sendo as outras rubricas residuais.



Analisando a evolução d receita nos últimos três anos, verifica-se que esta estabilizou em 2011 e 2012 em aproximadamente 11 milhões de euros, sendo porém expectável que em 2013 a receita aumente substancialmente pela contratação do empréstimo bancário previsto no PAEL.

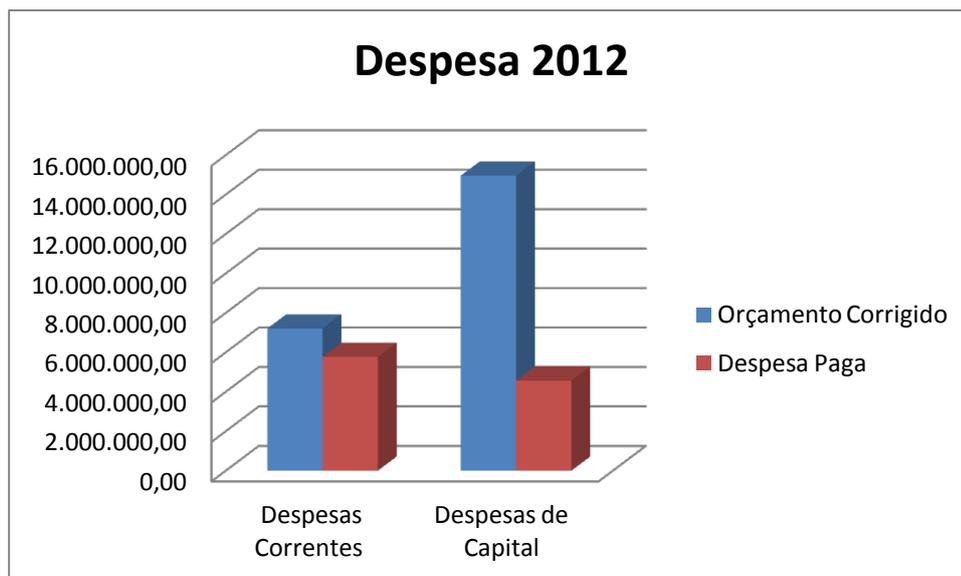


2.2.1 – Orçamento da Despesa

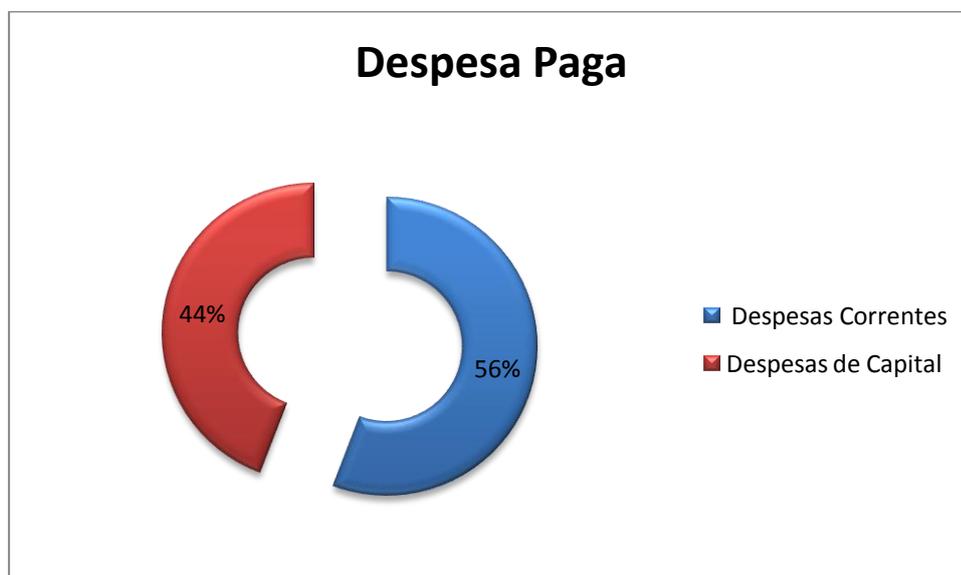
A despesa paga pelo município em 2012 foi de aproximadamente 10,3 milhões de euros, não tendo sido efetuada mais despesa devido à necessária contenção orçamental e esforço na otimização dos recursos financeiros e humanos.

Descrição	Orçamento Corrigido	Compromissos Assumidos	Despesa Paga	Grau Execução Orçamental
Despesas Correntes	7 206 632,94	6 353 034,96	5 770 297,62	80,07%
Despesas de Capital	14 957 330,57	8 832 385,26	4 570 602,79	30,56%
Total	22 163 963,51	15 185 420,22	10 340 900,41	46,66%

O grau de execução orçamental da despesa ficou bastante aquém do previsto, embora seja essencialmente referente à despesa de capital, pela falta de financiamento que se espera venha a ocorrer em 2013 e pela poupança efetuada nas despesas correntes, conforme consta no plano de ajustamento de adesão ao PAEL.



Apresenta-se no gráfico seguinte a composição da estrutura da despesa, onde embora a despesa corrente apresente um maior peso, não deixa de ser relevante a despesa com investimento que atinge os 44% com aproximadamente 4,6 milhões de euros.

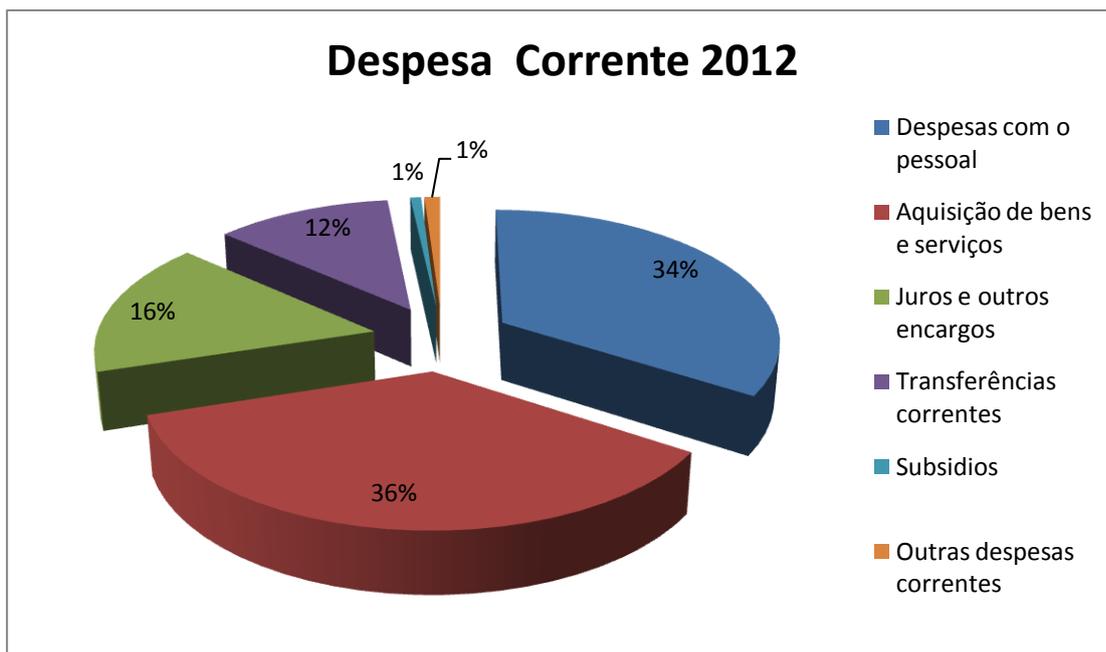


Detalhando os diversos tipos de despesa, temos o seguinte quadro:

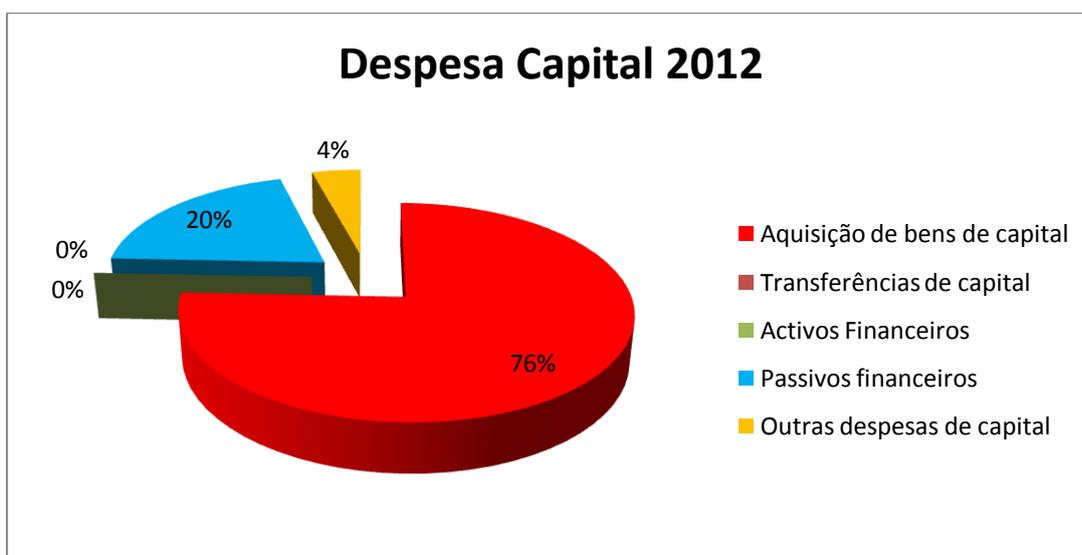


Designação		2012			
Económica	Descrição	Orçamento Corrigido	Compromissos Assumidos	Despesa Paga	Grau Execução Orçamental
01	Despesas com o pessoal	2 292 500,00	1 968 388,97	1 968 388,97	85,86%
02	Aquisição de bens e serviços	2 636 200,00	2 190 845,04	2 077 134,66	78,79%
03	Juros e outros encargos	1 458 000,00	1 414 494,11	945 467,15	64,85%
04	Transferências correntes	703 000,00	678 219,05	678 219,05	96,47%
05	Subsídios	44 300,00	41 294,10	41 294,10	93,21%
06	Outras despesas correntes	72 632,94	59 793,69	59 793,69	82,32%
Total das Despesas Correntes		7 206 632,94	6 353 034,96	5 770 297,62	80,07%
07	Aquisição de bens de capital	13 805 230,57	7 719 713,30	3 457 930,83	25,05%
08	Transferências de capital	38 400,00			0,00%
09	Ativos Financeiros	100,00			0,00%
10	Passivos financeiros	922 500,00	922 185,06	922 185,06	99,97%
11	Outras despesas de capital	191 100,00	190 486,90	190 486,90	99,68%
Total das Despesas de Capital		14 957 330,57	8 832 385,26	4 570 602,79	30,56%
Total		22 163 963,51	15 185 420,22	10 340 900,41	46,66%

No que respeita à despesa corrente, compreende essencialmente três rubricas, a despesa com pessoal com 2 milhões de euros, a aquisição de bens e serviços 2,1 milhões de euros e ainda os juros com quase um milhão de euros.

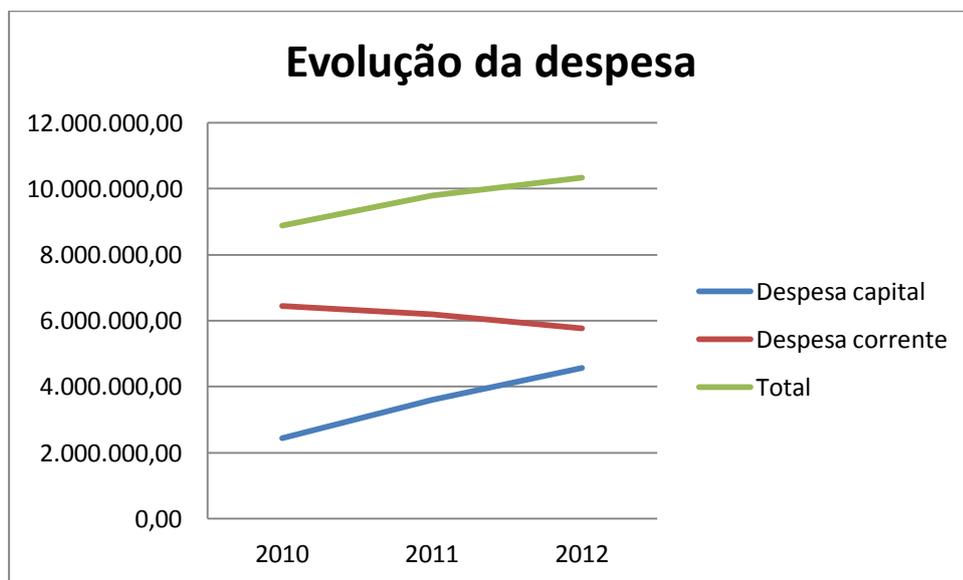


Conforme já mencionado a despesa de capital assume um peso bastante elevado sobre a despesa total, sendo que a maioria desta despesa de capital se destinou a aquisição de bens e ao pagamento das prestações dos empréstimos bancários.





Analisando a evolução da despesa nos últimos três anos, temos que esta tem sofrido alterações significativas, devido sobretudo à disponibilidade financeira do município para fazer face aos compromissos assumidos, sendo que para te significativa dos mesmos deriva de contratos programa com o Governo Regional. Importa ainda verificar a redução sustentada da despesa corrente nos últimos três anos.





3. - Análise da Situação Económica e Financeira

3.1 – Balanço

ACTIVO

Dada a natureza da atividade autárquica, a componente principal do seu ativo é o imobilizado, o que no caso do município da Calheta não é exceção, porém o facto de o imobilizado representar 97% do ativo, é um sinal claro do forte investimento, realizado em infraestruturas e equipamentos para o concelho.

É de salientar que o valor do imobilizado, já inclui as amortizações previstas pelo CIBE, pelo que o seu valor real poderá ser mais elevado, dado que as depreciações do CIBE são de natureza teórica e não real. Em 2012 redução nesta rubrica, deveu-se essencialmente ao reconhecimento anual das amortizações.

ESTRUTURA DE BALANÇO	2011	2012	Varição	% Variação
IMOBILIZADO	65 042 462,29	64 746 132,96	-296 329,33	0%
EXISTÊNCIAS	22 610,86	25 335,95	2 725,09	12%
DÍVIDAS DE TERCEIROS	1 175 536,92	1 086 256,40	-89 280,52	-8%
CAIXA E BANCOS	1 459 620,15	818 905,62	-640 714,53	-44%
ACRESCIMOS E DIFERIMENTOS	35 347,39	48 059,82	12 712,43	36%
TOTAL DE ACTIVO	67 735 577,61	66 724 690,75	-1 010 886,86	-1%

Como se pode observar, o montante em disponibilidades teve uma redução significativa, em virtude da aplicação das verbas disponíveis para o pagamento de fornecedores.



FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO

Conforme se pode observar no quadro abaixo, em 2012, as principais variações ocorreram nas Dívidas de Longo Prazo (Banca) e nas Dívidas a Curto Prazo, estas últimas são essencialmente fornecedores.

A diminuição das Dívidas de Longo Prazo explicam-se pelas amortizações que o município tem realizado, para pagamento das suas responsabilidades bancárias.

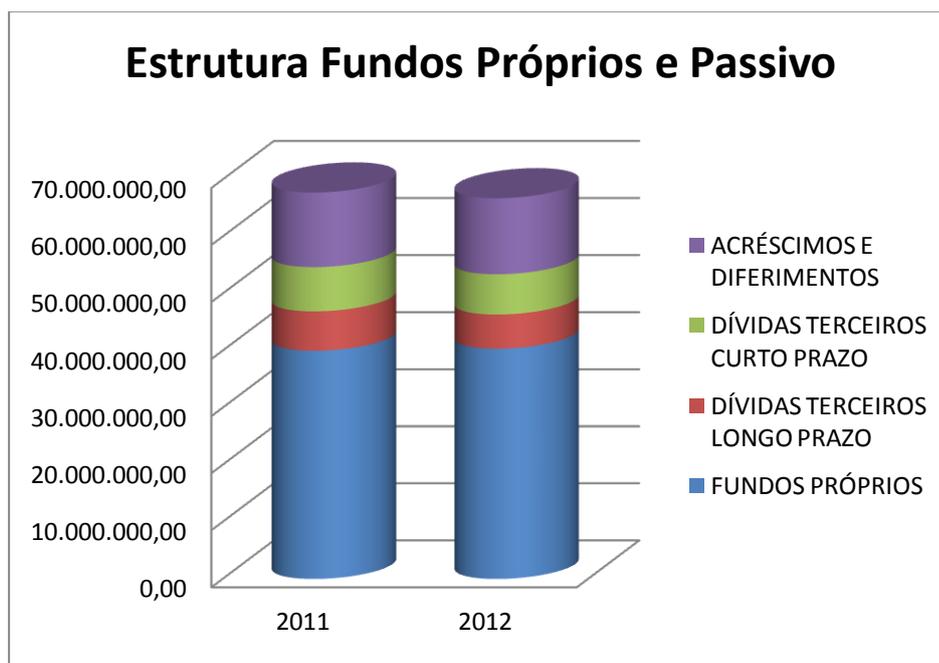
No que respeita às Dívidas de Curto Prazo, estas também foram reduzidas, sendo que se referem essencialmente a fornecedores de imobilizado, ou seja associados ao investimento.

Importa salientar que os acréscimos e diferimentos, não representam uma dívida futura, mas sim o diferimento dos proveitos referentes aos subsídios comunitários.

Quanto à variação dos fundos próprios esta é referente essencialmente à aplicação do resultado líquido de 2012, a correções efetuadas no imobilizado de anos anteriores.

ESTRUTURA DE FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	2011	2012	Varição	% de Variação
FUNDOS PRÓPRIOS	39 989 603,22	40 358 900,90	369 297,68	1%
DÍVIDAS TERCEIROS LONGO PRAZO	6 906 888,15	5 984 703,09	-922 185,06	-13%
DÍVIDAS TERCEIROS CURTO PRAZO	7 761 973,13	7 061 359,93	-700 613,20	-9%
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	13 077 113,11	13 319 726,83	242 613,72	2%
TOTAL	67 735 577,61	66 724 690,75	-1 010 886,86	-1%

Pelo gráfico seguinte é notório que os fundos próprios cobrem totalmente o passivo do município e conforme mencionado anteriormente não está inventariado todo o imobilizado, pelo que é expectável que o mesmo venha a ser incrementado nos próximos anos.



3.2 – Demonstração de Resultados

Apresenta-se em seguida um quadro resumo da demonstração de resultados, com a variação ocorrida de 2011 para 2012.



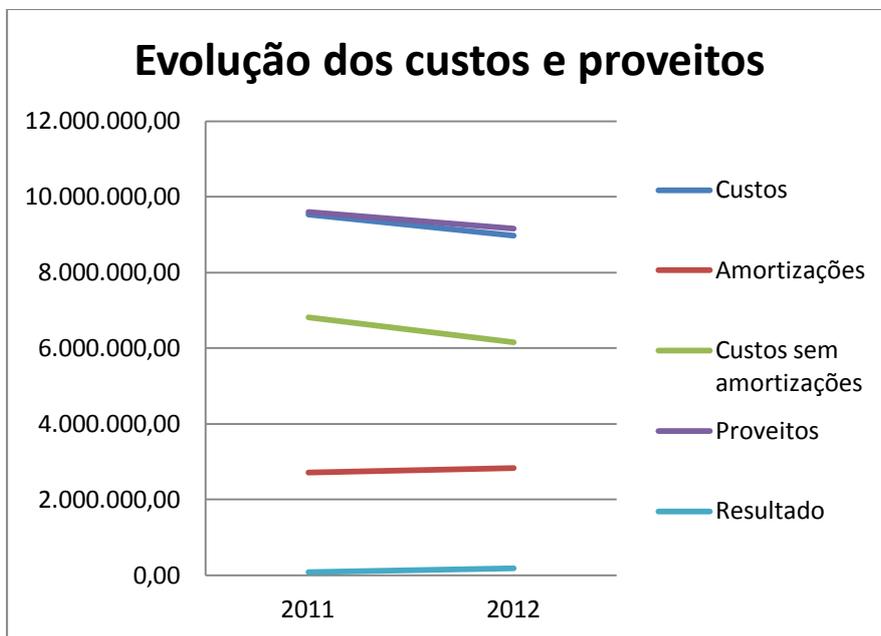
O resultado de 2012 atingiu o dobro do gerado no ano anterior, resultado essencialmente da contenção de custos embora acompanhado da redução de proveitos.

DESCRIÇÃO	2011	2012	Variação	
CUSTOS				%
CUSTO DAS MERC. VENDIDAS E MAT. CONS.	120 986,47	185 992,07	65 005,60	54%
F.S.E	2 918 144,28	2 085 797,72	-832 346,56	-29%
TRANSF. E SUBS. CORRENTES CONCEDIDOS E PREST.SOCIAIS	1 258 904,67	744 513,15	-514 391,52	-41%
CUSTOS COM PESSOAL	2 213 534,81	1 964 759,18	-248 775,63	-11%
OUTROS CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS				
AMORTIZACOES DO EXERCICIO	2 713 188,35	2 828 614,05	115 425,70	4%
PROVISÕES DO EXERCICIO				
CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS	125 764,56	1 119 044,20	993 279,64	790%
CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINARIOS	174 845,44	51 261,39	-123 584,05	-71%
TOTAL DE CUSTOS	9 525 368,58	8 979 981,76	-545 386,82	-6%
PROVEITOS				!
VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	735 790,92	651 894,03	-83 896,89	-11%
IMPOSTOS E TAXAS	1 354 222,38	1 340 831,09	-13 391,29	-1%
PROVEITOS SUPLEMENTARES				
TRANSFERENCIAS E SUBSIDIOS OBTIDOS	6 545 107,53	6 207 258,41	-337 849,12	-5%
TRABALHOS PARA A PROPRIA ENTIDADE				
OUT. PROVEITOS E GANHOS OPERACIONAIS				
PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS	70 698,53	74 439,74	3 741,21	5%
PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINARIOS	900 133,86	886 247,60	-13 886,26	-2%
TOTAL DE PROVEITOS	9 605 953,22	9 160 670,87	-445 282,35	-5%
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	80 584,64	180 689,11	100 104,47	124%

Salienta-se que o resultado inclui em custos aproximadamente 2,8 milhões de euros referentes a amortizações, mais 115 mil euros que o ano anterior, que não correspondem efetivamente a pagamentos.



Assim, pelo gráfico seguinte constata-se que a redução em custos apesar de significativa é prejudicada pelo aumento das amortizações.





4 - Factos Relevantes Verificados após o Encerramento das Contas

Dissolução da empresa Solcalheta

Por aplicação da Lei 50/2012 de 31 de Agosto foi deliberado em Assembleia Municipal a dissolução da empresa municipal Solcalheta.

À data não foram apurados os impactos contabilísticos nas demonstrações financeiras do município, pois desconhecem-se quais as eventuais indemnizações a pagar aos funcionários da empresa.

Importa salientar que a aplicação desta lei foi contestada pela Associação Nacional de Municípios, sendo alegada inconstitucionalidade, pelo que eventualmente a decisão de dissolução poderá ser anulável.

Programa de Apoio à Economia Local

Foi em 2013 visado pelo Tribunal de Contas a candidatura da Câmara da Calheta ao Programa de Apoio à Economia Local, tendo já sido transferida a primeira tranche do empréstimo.



5- Mapa de Cálculo ao Endividamento Líquido e Bancário

No quadro seguinte apresentam-se os dados relativos ao endividamento, obtidos pela informação reportada à DGAL, que **demonstram uma margem ao endividamento bastante positiva**, pelo que o município se encontra financeiramente estável.

	Limite	Valor	Situação face aos limites	
			Excesso	Margem
Endividamento Curto Prazo	713 209			
Endividamento Médio Longo Prazo	5 853 399	4 607 706		1 245 693
Endividamento Líquido	572 415	348 309		224 106



6- Indicadores

RÁCIOS ECONÓMICOS / FINANCEIROS

		2012		2011	
Liquidez Geral	Ativo Circulante	1 111 592,35	15%	2 693 115,32	33%
	Passivo Curto Prazo	7 267 475,92		8 047 261,54	
Liquidez imediata	Disponibilidades	818 905,62	11%	1 459 620,15	18%
	Passivo Curto Prazo	7 267 475,92		8 047 261,54	
Solvabilidade	Fundos Próprios	40 358 900,90	153%	39 989 603,22	144%
	Total do Passivo	26 365 789,85		27 745 974,39	
Autonomia Financeira	Fundos Próprios	40 358 900,90	60%	39 989 603,22	59%
	Ativo Total	66 724 690,75		67 735 577,61	

RÁCIOS ORÇAMENTAIS

	2012	2011
Receita total/Despesa total	1,07	1,14
Receita Corrente/ Despesa Corrente	1,05	1,05
Impostos e Taxas / Receita Corrente	0,22	0,21



7 -Aplicação de Resultados

Em conformidade com o disposto no POCAL, ponto 273, propõe-se que o Resultado Líquido de 2012 no valor 180.689,11€ da seguinte forma:

O valor de 9.034,46€ correspondente a 5% do Resultado Líquido para a conta Reserva Legal

O valor de 171.654,65€ correspondente a 95% do Resultado Líquido para a conta Resultados Transitados.

Órgão Executivo

Em ____ de _____ de ____

-

Órgão Deliberativo

Em ____ de _____ de ____

-